

MINEIRO

## MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

2/3

aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de concessão.

**2.14 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

**2.15 Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 - «Instrumentos Financeiros» aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1ª de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de  *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. IFRS 15 - “Receita de Contratos com Clientes” - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1ª de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - “Contratos de Construção”, IAS 18 - “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

**3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

**Ativo financeiro de concessão:** A Companhia reconheceu o “Ativo financeiro de concessão” com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do Estádio e os valores estimados a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas. A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do “Ativo financeiro de concessão” para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo. Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2016	2015
Caixa e bancos	29	47
Aplicações financeiras	21.548	171
	<u>21.577</u>	<u>218</u>

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários (“CDB”) possuem rendimentos atrelados à taxa de 75%, 95% e 96,5% \*do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) em 31 de dezembro de 2016 (2015 – 75%). Estas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a companhia.

**5 Ativo financeiro de concessão**

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

(Nota 1). Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelas obras de reforma, renovação e adequação do Estádio:

	2016	2015
Circulante		
Ativo financeiro a faturar	114.970	116.762
Ativo financeiro faturado	11.165	8.525
	<u>126.135</u>	<u>125.287</u>
Não circulante		
Ativo financeiro a faturar	564.660	604.369
	<u>690.795</u>	<u>729.656</u>

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 120 parcelas para a parcela pecuniária mensal (Pa) e 300 parcelas complementares mensais (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

**Movimentação do ativo financeiro de concessão**

	2016	2015
Saldo inicial	729.656	749.194
Receita financeira	66.239	83.147
Recebimentos	(105.100)	(102.685)
	<u>690.795</u>	<u>729.656</u>

**6 Contas a receber de clientes**

	2016	2015
Contas a receber de clientes faturados	1.379	2.574
Contas a receber de clientes a faturar	14.241	15.257
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(669)	(669)
	<u>14.951</u>	<u>17.162</u>
Circulante	772	7.617
Não circulante	14.179	9.545
	<u>14.951</u>	<u>17.162</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía em seu contas a receber o montante de R\$ 14.908

(2015 – R\$ 10.991) que encontravam-se vencidos, mas não *impaired*. Os referidos valores encontram-se em negociação e a administração da Companhia não possui expectativa de perda dos mesmos.

	2016	2015
A vencer	43	6.171
Vencido de 1 a 29 dias	854	131
Vencido de 30 a 59 dias	959	538
Vencido de 60 a 179 dias	1.858	1.879
Vencido de 180 a 360 dias	2.348	6.006
Vencido a mais de 360 dias	9.558	3.106
	<u>15.620</u>	<u>17.831</u>

**7 Impostos e contribuições a recuperar**

	2016	2015
PIS (Programa Integração Social) a recuperar	1.411	1.352
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) a recuperar	5.387	5.680
Impostos de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.971	4.204
Outros impostos e contribuições	552	183
	<u>12.321</u>	<u>11.419</u>
Circulante	3.329	2.381
Não circulante	8.992	9.038
	<u>12.321</u>	<u>11.419</u>

A Companhia possui expectativa de recuperação dos impostos a recuperar classificados no ativo não circulante até 31 de dezembro de 2018.

**8 Imobilizado**

	Taxa anual de depreciação	2015	Adições	2016
Custo				
Equipamentos em geral		1.291	63	1.354
Móveis e utensílios		3.623		3.623
Instalações		193		193
Equipamentos de informática		390	39	429
Veículos		47		47
Outros		83		83
		<u>5.627</u>	<u>102</u>	<u>5.729</u>
Depreciação acumulada				
Equipamentos em geral	10%	(269)	(134)	(403)
Móveis e utensílios	10%	(1.004)	(362)	(1.366)
Instalações	10%	(50)	(19)	(69)
Equipamentos de informática	20%	(191)	(79)	(270)
Veículos	25%	(30)	(12)	(42)
Outras	20%	(38)	(10)	(48)
		<u>(1.582)</u>	<u>(616)</u>	<u>(2.198)</u>
Imobilizado líquido		<u>4.045</u>	<u>(514)</u>	<u>3.531</u>

**9 Intangível**

	Taxa anual de amortização	2015	Adições	2016
Custo				
Softwares		193		193
Benfeitorias em imóveis de terceiros		44.775		44.775
		<u>44.968</u>		<u>44.968</u>
Amortização acumulada				
Softwares	20%	(100)	(38)	(138)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(4.453)	(1.805)	(6.258)
		<u>(4.553)</u>	<u>(1.843)</u>	<u>(6.396)</u>
Intangível líquido		<u>40.415</u>	<u>(1.843)</u>	<u>38.572</u>

**10 Fornecedores**

	2016	2015
Fornecedores de materiais	1.748	1.347
Outros fornecedores	75	83
Provisão para serviços prestados a faturar	158	2.263
	<u>1.981</u>	<u>3.693</u>

**11 Empréstimos e financiamentos**

	Encargos	2016	2015
Crédito industrial - BNDES	TJLP + 2,34% a.a.	325.458	358.708
Banco Itaú	CDI + 4,41% a.a.	10.157	10.000
Banco Bradesco	CDI + 3,54% a.a.		1.559
		<u>335.615</u>	<u>370.267</u>
Circulante		49.579	50.562
Não circulante		286.036	319.705
		<u>335.615</u>	<u>370.267</u>

**Garantias:** Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por: • Direito de recebimento da integralidade da receita da beneficiária. • Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP. • Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária.

**Escalonamento dos empréstimos e financiamentos:** Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2016	2015
2017		38.712
2018	38.266	39.545
2019	38.266	39.545
2020 e acima	209.504	201.903
	<u>286.036</u>	<u>319.705</u>

**Cláusulas restritivas:** A Companhia possui contrato de empréstimo e financiamento que apresenta cláusulas restritivas as quais estabelecem obrigações quanto à manutenção de índice financeiro sobre as operações contratadas (Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - ICSD) cujo descumprimento produz efeitos apenas ao que concerne à impossibilidade de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título. A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto a manutenção de índices financeiros cujo descumprimento torne automaticamente exigível o vencimento da dívida.

**12 Tributos diferidos**

	2016	2015
Imposto de renda pessoa jurídica	6.674	8.088
Contribuição social sobre o lucro líquido	2.403	2.912
	<u>9.077</u>	<u>11.000</u>
Programa de Integração Social – PIS	629	761
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - CSLL	2.898	3.511
	<u>3.527</u>	<u>4.272</u>
	<u>12.604</u>	<u>15.272</u>

Os impostos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais. As diferenças temporárias são decorrentes da aplicação do CPC 17 - Contrato de Construção e ICPC 01 - Contrato de Concessão.

**13 Partes relacionadas****(a) Passivo Circulante**

	2016	2015
Contas a pagar	6.325	6.325
Consortório Construtor Nova Arena	6.325	6.325
	<u>12.650</u>	<u>12.650</u>

**(b) Passivo não circulante**

	2016	2015
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.188	8.115
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	2	2
Egesa Engenharia S.A.	321	321
Hap Engenharia Ltda.	1.511	8.438
	<u>3.022</u>	<u>16.886</u>

Além dos saldos acima, que não são corrigidos monetariamente, a Companhia está aguardando deliberação de seus acionistas para eventual registro de valores a receber em montante aproximado de R\$ 18.900, contra o qual poderão vir a ser abatidos valores devidos ao Consórcio Construtor Nova Arena. Conforme Nota 15, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas por 100% dos votos considerados válidos pela mesa dirigente da assembleia.

**(c) Remuneração da administração:** A remuneração da administração está registrada no grupo de despesas gerais administrativas e totaliza R\$ 1.124 em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R\$ 1.560).

**14 Provisão para contingências**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para os eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos. Em 31 de dezembro de 2016, segundo os assessores jurídicos, haviam processos de natureza cível com estimativa de perda provável no montante de R\$ 349 (2015 – R\$ 349), os quais se encontram devidamente provisionados e referem-se a reclamações trabalhistas e indenizatórias. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionados, no montante aproximado de R\$ 2.042 (2015 – R\$1.723), referente à ações cíveis e trabalhistas. Adicionalmente, a Companhia é parte qualificada como responsável solidária em contingência relacionada a uso indevido do RECOPIA, no montante de R\$ 16.180 mil, cuja probabilidade de risco avaliada pelos assessores jurídicos é de perda possível. Encontra-se em trâmite no Ministério Público de Minas Gerais - MPMG um procedimento investigatório decorrente de representação realizada por terceiro contra a Minas Arena. A referida representação alega suspeitas relativas a legalidade do contrato de concessão administrativa, firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Minas Arena, bem como questões relacionadas a eventuais desvios de conduta da gestão da Minas Arena, mencionando supostas irregularidades financeiras, contábeis e fiscais. A Minas Arena realizou os levantamentos necessários das informações e documentos solicitados pelo MPMG, o que incluiu, quando apropriado, a contratação de especialistas. Com base nesses levantamentos, a Companhia respondeu, respaldada por seus consultores jurídicos e de forma tempestiva, todos os questionamentos realizados pelo MPMG. O processo investigatório encontra-se em curso.

**15 Patrimônio líquido**

Em assembleia geral ordinária, ocorrida em 01 de junho de 2017, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas por 100% dos votos considerados válidos pela mesa dirigente da assembleia, conforme mencionado na Nota 13. Os votos dos acionistas minoritários e majoritários estão arquivados na sede da Companhia. **(a) Capital social: Capital autorizado:** A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão. **Capital integralizado:** O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$246.405 representado pelo valor nominal de R\$ 30,00 cada, tendo sido integralizadas até 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o total de 8.214 mil ações. Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

	Quantidade de Ações (em milhares)	Valor do capital social
Construcap CCPS Engenharia e Comércio. S.A.	4.830	144.912
Egesa Engenharia S.A.	2.066	61.971
Hap Engenharia Ltda.	1.318	39.522
	<u>8.214</u>	<u>246.405</u>

**(b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **(c) Reserva estatutária:** O lucro líquido apurado no exercício, após a destinação a reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar. **(d) Reserva de subvenção:** Reserva de retenção dos valores relacionados aos aportes do Poder Público para as obras de reforma, renovação e adequação do Estádio constituída nos termos da lei aplicável. **(e) Dividendos:** Conforme estatuto social, a Companhia deverá distribuir, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	13.068	41.906
Constituição da reserva legal	(654)	(2.095)
Transferência para reserva de subvenção	(12.414)	(39.811)
Base de cálculo para os dividendos mínimos		

**16 Adiantamento de clientes**

Refere-se a desconto de desempenho da Concessionária apurado para o 1º trimestre de 2016 a ser aplicado no faturamento de períodos subsequentes nos termos do contrato de PPP.

**17 Receita**

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2016	2015
Receita de operação (a)	19.864	49.865
Atualização do ativo financeiro (b)	67.772	69.814
Impostos e contribuições (c)	(9.046)	(11.355)
	<u>78.590</u>	<u>108.324</u>

(a) A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio. A redução expressiva na receita está relacionado a mensuração de desempenho da Concessionária em linha com a margem operacional apresentada no exercício conforme contrato de concessão. (b) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro. (c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e ISS (Imposto sobre Serviços).

**18 Custos e despesas por natureza**

	2016	2015
Pessoal	(12.354)	(13.124)
Serviços públicos	(3.360)	(3.658)
Despesa com manutenção	(10.620)	(13.605)
Serviços de terceiros	(3.607)	(3.824)
Despesas com aluguel de equipamentos	(1.175)	(1.529)
Materiais	(393)	(672)
Taxas	(281)	(363)
Depreciação e amortização	(2.459)	(2.311)
Propaganda e publicidade	(122)	(284)
Despesas tributárias	(27)	(25)
Outros	(1.233)	(3.061)
Total do custo e despesas administrativas	<u>(35.631)</u>	<u>(42.456)</u>
Custos dos serviços prestados	(27.315)	(32.071)
Despesas gerais e administrativas	<u>(8.316)</u>	<u>(10.385)</u>
	<u>(35.631)</u>	<u>(42.456)</u>

**19 Resultado financeiro**

	2016	2015
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	1.380	80
Juros de mora e descontos obtidos	119	45
Varição monetária ativa de atualização de tributos	3.309	
Varição monetária ativa do ativo financeiro		13.333
Outras receitas financeiras	103	722
	<u>4.911</u>	<u>14.180</u>

	2016	2015